

NECESSITAMOS ÁGUA, NADA PODERÁ SUBSTITUI-LA

David Brooks, 2002.

É com muito prazer que lhes apresentamos esta nova edição do boletim do SEMA, que celebra o Dia Internacional do Meio Ambiente em 5 de junho de 2003. Nesta ocasião, também temos o prazer de apresentar-lhes uma entrevista ao Dr. Cláudio Langone, recentemente nomeado Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

Em meses recentes, dois logros destacados nos surpreenderam gratamente. Em primeiro lugar, o UNICEF e a OMS premiaram a cidade brasileira de São Bernardo do Campo pelos relevantes resultados sociais obtidos com o programa "Lixo e Cidadania", desenvolvido pelo Instituto Pólis e a Secretaria do Meio Ambiente dessa cidade. Um dos resultados mais destacados do programa provém do projeto de pesquisa "Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos", com fundos do IDRC através do mecanismo de Pequenos Fundos Competitivos administrados pelo SEMA.

Em segundo lugar, no Canadá, a Mesa Redonda Nacional sobre Meio Ambiente e Economia, de que o IDRC participou, propôs incluir no próximo orçamento federal seis novos indicadores estatísticos formais relativos ao desenvolvimento sustentável: i. cobertura florestal, ii. qualidade da água doce, iii. qualidade do ar, iv. emissões estufa, v. extensão de humídais, e vi. logros educacionais.

Estes indicadores complementariam dados econômicos mais conhecidos, como o índice de preços ao consumidor (IPC) ou o PIB. O SEMA está promovendo este novo enfoque entre os Ministros de Meio Ambiente dos países da América Latina e do Caribe, para abrir uma rodada de discussões a respeito desta iniciativa.

Infelizmente, no mesmo período muitas cidades da América Latina e do Caribe se viram devastadas por chuvas torrenciais que provocaram deslizamentos em Chima, um pequeno povoado minerador da Bolívia, e inundações na Província de Santa Fé, na Argentina. Ambos os incidentes provocaram perdas humanas e econômicas na região. Simultaneamente, os derramamentos químico-industriais nos rios centrais do Brasil provocaram danos sérios nos recursos naturais de água doce. O relatório 2002 da Cruz Vermelha diz: "desde 1950 os custos associados com os desastres "naturais" aumentaram cerca de 14 vezes. A cada ano, de 1991 a 2000, aproximadamente 211 milhões de pessoas morreram ou foram atingidas por desastres "naturais" - sete vezes mais que a cifra correspondente aos mortos ou atingidos por conflitos". O SEMA, em um esforço por abordar as limitações municipais em matéria de gestão de emergências ambientais, está desenvolvendo um novo instrumento chamado SIGA, para a prevenção de desastres naturais. A seção *Aportes do SEMA para os Tomadores de Decisão* apresenta uma descrição resumida deste instrumento.

Em outra área, cabe lembrar que a América do Sul constitui uma das reservas de água subterrânea mais ricas de nosso planeta. Apesar de seu uso intenso, o conhecimento a respeito tende a ser limitado. Em maio, foi apresentado projeto específico com fundos da GEF. Orienta-se a fortalecer a capacidade na gestão integrada das águas subterrâneas do Sistema Aquífero Guarani, entre os países membros do MERCOSUL. O SEMA, unindo esta última iniciativa à conclusão do recente Fórum Mundial da Água, realizado no Japão, lança sua nova convocação para o fornecimento de fundos de pesquisa (Pequenos Fundos Competitivos), em uma tentativa de coadunar esforços para institucionalizar Alianças Multi-setoriais para a Gestão Sustentável da Água nas Cidades da América Latina e o Caribe. Os termos desta convocação serão publicados em breve. Esperamos que a maioria de vocês possa participar.

Novamente, expressamos nosso agradecimento a todos aqueles que contribuíram para esta edição tão especial.

Walter Ubal Giordano
Director Ejecutivo da SEMA



O DESAFÍO AMBIENTAL DO NOVO GOVERNO BRASILEIRO

Dr. Claudio Langone

Secretário Executivo do Ministério de Meio Ambiente de Brasil e Membro do Comitê Técnico Asesor do SEMA

Passados vários anos desde a Conferência de Rio'92 e logo após a recente Conferência de Joanesburgo 2002, que reflexão lhe merece este processo?

Estamos presenciando uma agenda de retrocesso em relação à implementação de uma agenda de sustentabilidade em nível internacional. A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável

(Rio+10, na África do Sul, foi afetada por duas grandes derrotas. Uma delas foi política, já que não obtivemos avanços significativos e grande parte das resoluções e documentos finais estão amarrados a acordos de comércio internacional, e isso é um retrocesso em relação à Rio92. A outra derrota foi estrutural. Em decorrência disso, fica claro o fato de que temos de repensar o papel das Nações Unidas e a forma desses megaeventos para que passem a ter resultados concretos. Creio que o papel de países como Brasil, a partir da orientação do governo Luiz Inácio Lula da Silva e da ministra Marina Silva, é o de constituir um conjunto de alianças no cenário internacional, rompendo a polaridade G8 x G77 e que consiga retomar o processo de implementação da agenda de sustentabilidade, isolando posições atrasadas. Para tanto, o Brasil deverá dar consistência ao que tem defendido em nível global com a efetivação dessas propostas no âmbito interno. Esse é o desafio do governo Lula.

A implementação da Agenda Local 21 em LAC tem tido resultados heterogêneos. Que consideração lhe merece e quais são as iniciativas a serem tomadas neste âmbito?

Precisamos enfrentar a grande tarefa em relação à Agenda 21, que é sair da fase de discursos para a de implementação. A Rio+10 não conseguiu cumprir com esse objetivo. Acreditamos, então, em um processo que venha "de baixo para cima", a partir da lógica local. Temos identificado muitas iniciativas positivas de sustentabilidade em escala local, sobretudo nos países em desenvolvimento, que tem demonstrado criatividade para pensar e implementar alternativas que tragam inclusão social e proteção ambiental. Vamos, a partir da referência da Agenda 21 nacional, já aprovada e consolidada, incentivar instâncias locais e regionais para que construam as suas agendas de sustentabilidade. Um dos instrumentos para alcançar essa meta será a 1ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, que se realizará até o fim de novembro deste ano, em Brasília (DF).

Que propõe o Ministério de Meio Ambiente do Brasil para enfrentar a vulnerabilidade e a previsão de riscos ambientais em povoados de baixos recursos?

Esse tema é de extrema importância porque relaciona proteção ambiental com justiça ambiental. Logo, necessitamos de mecanismos que diminuam as desigualdades no acesso aos recursos naturais. Temos os problemas dos desastres naturais, que afetam com mais intensidade as populações menos favorecidas, em regiões periféricas, encostas de morros e afins. E verificamos ainda a questão dos acidentes ambientais, destacando os ocorridos com químicos e derivados de óleo. O Brasil está trabalhando um ação integrada com o Ministério das Cidades para a criação de um programa de prevenção

de riscos a acidentes naturais e constituindo um sistema nacional de atendimento a emergências ambientais causadas por atividades poluidoras.

Qual é a proposta da nova política ambiental brasileira para articular legislações federais particularmente no que refere ao relacionamento entre o Ministério de Meio Ambiente e o Ministério das Cidades?

Entendemos que o modelo legal brasileiro é muito interessante. Nosso país tem uma ordem federativa, que tem responsabilidades específicas e um grau de autonomia grande na relação entre as várias instâncias de governo. Vamos trabalhar para fortalecer esse processo com um mecanismo de gestão ambiental compartilhada e descentralizada, onde parte das responsabilidades serão desenvolvidas por meio de parcerias entre as esferas de governo e, outra parte, descentralizada, requer a definição clara de competências. Para tanto, teremos que avançar na capacitação em nível local, quando iremos implementar um programa nacional de qualificação da gestão local somado a um processo de estímulo para que as cidades assumam cada vez mais responsabilidades na área ambiental. Trabalhar de forma transversal com o novo Ministério das Cidades, que se trata de grande avanço do governo Luiz Inácio Lula da Silva, com a meta específica de tratar dos problemas urbanos

O Governo brasileiro vem impulsando um novo diálogo entre os países da região sulamericana com seus pares da América do Norte e da Europa em matéria de comércio. Que iniciativa tomará a respeito do tema meio ambiental para encarar negociações similares?

O Brasil não se pode negar a um papel de protagonismo na articulação da agenda de sustentabilidade no contexto internacional. Faremos isso a partir da condição da ministra Marina Silva de presidente do Foro Latino-Americano de Ministros de Meio Ambiente. Estamos participando de maneira efetiva das discussões sobre a Alca, mas com visão crítica, já que a inserção do Brasil e de países em desenvolvimento no contexto internacional deve se dar de forma a garantir sua soberania e garantindo a manutenção de seus interesses. O Brasil possui grande força de articulação junto aos países megadiversos, por exemplo.

Juntos, temos mais força para pressionar outros governos e instituições para que avancem no sentido de uma agenda real de sustentabilidade. Nesse sentido, precisamos do fortalecimento dos organismos ligados às Nações Unidas para a retomada do diálogo mundial em outras bases. Os interesses globais pela sustentabilidade devem subordinar os interesses comerciais, e não o contrário.

Estará Brasil disposto a participar em uma reunião regional para discutir critérios com o fim de elaborar uma agenda que leve ao estabelecimento concertado de políticas e legislações ambientais regionais?

Com certeza. O Brasil tem um padrão muito avançado em termos da legislação ambiental e na organização de sistemas de gestão. Queremos estabelecer mecanismos de cooperação, sobretudo com países da América Latina, no sentido de não só apoiar o fortalecimento desses sistemas, mas também de aprender com políticas específicas que estejam em estágio mais avançado em outros países. Nossa participação no Mercosul é efetiva, pois entendemos ser necessário o fortalecimento do bloco, e temos muita prioridade do atual governo para que nossas alianças sejam no âmbito da América Latina e países em desenvolvimento.

O SEMA vem explorando com os Ministérios de Ambiente e Desenvolvimento promover a inclusão nos respectivos orçamentos nacionais de indicadores de desenvolvimento sustentável para monitorar o estado do país, quais são as possibilidades desta proposta no Brasil ?

Estamos discutindo muito esse tema a partir do acúmulo consolidado no Brasil. O Ministério do Meio Ambiente está participando da construção de um seminário específico sobre esse tema com especialistas nacionais e internacionais. No segundo semestre deste ano, teremos uma iniciativa chamada Diálogos para a Sustentabilidade, com a presença de pessoas como Fritjof Capra, Vandana Shiva e outros. E o tema dos indicadores terá destaque no processo de discussão da 1ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, que será precedida por ampla mobilização nacional, com pré-conferências em todos os Estados.

www.ems-sema.org - info@ems-sema.org

UMA OLHADA NA AGENDA DO SEMA



Na última edição do INFO-SEMA, esta seção ilustrou os conteúdos gerais da agenda do SEMA para 2003. Ali apresentávamos nossa visão a respeito das questões ambientais novas e emergentes que afetavam as zonas urbanas da América Latina e o Caribe. Agora, apresentamos aos atores urbanos, governos locais da América Latina e do Caribe, sociedade civil, centros de pesquisa e empresas públicas e privadas, o detalhe das próximas atividades sobre Desenvolvimento Sustentável que o SEMA promoverá, e convidamos vocês a participarem.

O primeiro ponto de nossa agenda se refere aos pequenos fundos competitivos para a pesquisa aplicada que se destinam aos municípios. Após longa rodada de consultas com nossos sócios e membros do SEMA, concluímos os conteúdos e enfoque do tema proposto. Para a Convocação 2003, definimos "Alianças Multisetoriais para a Gestão Sustentável da Água nas Cidades da ALC", como tópico de maior interesse para os formuladores de políticas locais. Propomos desenvolver a pesquisa sobre este tema a partir de uma perspectiva particular: institucionalizar as práticas participativas locais com atores múltiplos para estabelecer políticas de longo prazo. Convidamos todos os governos municipais interessados em formar parte a fazerem o *download* e preencherem o formulário eletrônico para que possamos enviar-lhes maiores detalhes a respeito dos termos de referência da convocação:

http://www.ems-sema.org/encs/ech/enc_esp.htm

No mês de julho, o SEMA estará presente na Feira e Congresso Internacional das Cidades URBIS 2003, a convite especial da Prefeitura de São Paulo.

O segundo ponto de nossa agenda é a oficina regional para desenvolver um jogo de indicadores ambientais para a avaliação eficaz do estado do meio ambiente. Será tomado como caso de estudo um país da América Latina e o Caribe para ser validado no contexto regional e internacional. Esta oficina será dirigida por um perito em indicadores ambientais locais do Ministério de Ambiente do Canadá. Convidamos os municípios que desejarem participar a fazerem o *download* do formulário: www.ems-sema.org/encs/formind/

Os indicadores são elementos-chave de gestão, além de instrumentos eficazes para dar transparência à tomada de decisão de política e avaliação do risco ambiental urbano. Existe uma carência nesta questão na ALC. Se bem os estudos de avaliação de riscos ambientais ocupem um lugar primordial nas agendas das companhias de seguros que operam na ALC, o desenvolvimento de sistemas de prevenção pelos municípios, para enfrentarem desastres de origem

natural ou antropogênico, está menos avançado. Isto ficou em evidência nas recentes tragédias provocadas pelo deslizamento em Chima, pelas inundações na Argentina, etc.

Foto: Francisco Lara de CYTED XIII
Deslizamento em Chima, Bolívia

No fim do ano, nossa agenda abordará, a esse respeito, por meio de um fórum, os desastres ambientais em zonas urbanas vulneráveis e a aplicabilidade dos diversos sistemas de prevenção, sendo apresentado o SIGA. Para tanto, o SEMA, junto com a Iniciativa de Pesquisa de Políticas de Mineração (IIPM-MPRI) do IDRC, está estudando a possibilidade de afinar a condição do SIGA para ser aplicado como sistema de prevenção em casos de pequena mineração. Isto permitirá consolidar o enfoque temático proposto por Cristina Echavarría (IIPM) e Roberto Villas-Boas (CYTED XIII), durante sua participação em Genebra, no âmbito da reunião do Programa APELL e Mineração do PNUMA.

www.uneptie.org/pc/apell/events/miningworkshop.html

Este fórum técnico que o SEMA organizará reunirá peritos regionais e internacionais e promoverá um enfoque holístico para enfrentar riscos ambientais por meio de sistemas integrados que poderiam ser incorporados pelas autoridades municipais da região. Convidamos todos os interessados, especialmente os técnicos municipais, centros de pesquisa e pesquisadores, a enviarem suas solicitações para participarem deste evento.

www.ems-sema.org/encs/formSIGA/





INICIATIVAS EM CURSO

Dentro do contexto das atividades nacionais que levam à aplicação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto, e com o apoio do Governo do Canadá e do SEMA-IDRC, a Unidade de Mudança Climática do Ministério da Moradia, Ordenamento Territorial e Meio



Curso - Oficina sobre Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Foto: MVOTMA

Ambiente do Uruguai realizou uma série de estudos sobre as condições institucionais e as capacidades de aplicação do mecanismo. Os resultados dos estudos, bem como a pasta de potenciais projetos MDL no Uruguai, foram apresentados e discutidos na oficina organizada pela Unidade de Mudança Climática, nos dias 24 e 25 de abril de 2003. Para obter mais informação: www.cambioclimatico.gub.uy

Iniciando as atividades do projeto "Gestão do Risco Ambiental em Assentamentos Humanos de Baixos Ingressos em Áreas Urbanas da América Central", coordenado por SEMA-IDRC e pelo BID, e executado por FEMICA, o Eng. Víctor Manuel González Vásquez foi recentemente nomeado Coordenador do Projeto. Mais informação: www.femica.org/Noticias/noti_proysectosema.htm

Em 7 de abril de 2003, por ocasião das celebrações brasileiras do Dia Mundial da Saúde, o UNICEF e o Presidente do Brasil entregaram o prêmio OMS ao Sr. William Dib, Prefeito de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, pelos destacados resultados do Programa "Lixo e Cidadania".

Envie seus comentários e difunda suas atividades no nosso site: www.ems-sema.org - info@ems-sema.org

Alguns dos resultados destacados do programa provêm do projeto de pesquisa "Gestão Integrada do Impacto e Potencial dos Resíduos Sólidos Urbanos", realizado com fundos do SEMA/IDRC. Mais informação a respeito do projeto:

<http://www.ems-sema.org/castellano/act/0619sanbernardo.html>

No passado mês de março, a Oficial de Pesquisas do SEMA, Alicia Iglesias Peralta, participou do Colóquio "Estratégias para a Ação Local 21 na América Latina e o Caribe", organizado por ICLEI e GTZ em São Paulo, Brasil. O colóquio se concentrou em estratégias para acelerar a implementação da Ação Local 21 na região. Seus participantes foram representantes de agências internacionais e autoridades municipais (prefeitos) das cidades da região. Neste evento foi aprovada a *Carta de Nuñoa*, apresentada pelo Prefeito desse Município.

www3.iclei.org/lasc/carta_municipalidades_latinoamericanas.htm

Durante sua turnê de avaliação pela América Central, o Sr. Shaun Bona, Contralor Regional do Escritório Regional para a América Latina e o Caribe do IDRC, visitou o projeto corporativo do IDRC "Desenvolvimento Sustentável e Gestão Eco-sistêmica Participativa" no Vale de Palajunoy, Quetzaltenango, na Guatemala. Realizou uma avaliação muito satisfatória do estabelecimento institucional e técnico do projeto.

No mês de abril, durante sua visita a Brasília, Walter Ubal Giordano, Diretor Executivo do SEMA, apresentou a agenda 2003 do Secretariado ao Sr. Cláudio Langone, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente do Brasil. Também se reuniu com a Ministra, Sra. Marina da Silva, por ocasião do Fórum Brasileiro sobre Mudança Climática 2003, realizado em Brasília. Ambas as instituições manifestaram seu otimismo em celebrarem um Memorando de Entendimento recíproco.

APORTES DO SEMA PARA OS TOMADORES DE DECISÃO

SIGA: Sistema Integrado para a Gestão Ambiental de Áreas Vulneráveis na América Latina e Caribe

No marco de suas atividades de apoio à gestão dos municípios da América Latina e Caribe, o SEMA está em processo de elaboração de um Manual para a Gestão Ambiental de Áreas Vulneráveis, baseado na aplicação de um sistema que denominamos SIGA, Sistema Integrado para a Gestão Ambiental, realizado nesta oportunidade pelos consultores: Eng. Álvaro González Gervasio e Geog. Gabriela Fernández (Fac. Ciências - UDELAR). De maneira crescente, o continente latino-americano é cenário de riscos e desastres ambientais de diferente origem e intensidade, que amídue se apresentam em forma concatenada. Se bem haja situações que captem mormente a atenção devido a sua intensidade (terremotos, erupções vulcânicas, ciclones tropicais) e os danos e perdas que provocam, existe toda uma gama de ameaças e situações de vulnerabilidade que afetam nosso continente e que respondem a processos mais lentos e, portanto, menos perceptíveis. De todo o modo, estes fenômenos têm sua expressão e impacto nas áreas urbanas, afetando o conjunto da sociedade, porém especialmente aqueles setores que, pela concorrência de fatores de tipo político, econômico, social, cultural e geográfico, formam as chamadas "populações vulneráveis". Por sua vez, o padrão de crescimento rápido e não planejado que caracteriza as cidades latino-americanas, com seus conseguintes problemas ambientais e sociais, contribui para que os governos locais não estejam preparados para enfrentar por si sós de maneira eficaz tais desastres. Particularmente, cabe ressaltar a necessidade, daqueles municípios localizados em zonas de alto risco ambiental e submetidos reiteradamente a desastres naturais, de contarem com apoio técnico e atendimento, tanto das organizações regionais quanto das internacionais.

O SIGA constitui um guia para orientar os técnicos municipais no *design* de sua própria ferramenta a partir da sistematização, processamento e cruzamento de informação territorial de diverso tipo e de diversas fontes: do meio físico e natural, ecológico, informação sócio-econômica, etc. Trata-se de instrumento de apoio à gestão municipal, apto para a análise territorial, bem como para o planejamento orientado à prevenção e redução de riscos em zonas ambientalmente vulneráveis.

www.ems-sema.org/castellano/act/siga.html



O uso das Tecnologias da Informação e a Comunicação (TICs) na gestão ambiental dos municípios das Mercocidades

As tecnologias de Informação e Comunicação constituem um componente estratégico para uma Gestão Urbana Sustentável. Tanto no âmbito regional quanto no internacional é aceito o princípio de que o acesso à Informação Ambiental é um direito dos cidadãos e uma condição indispensável para fomentar e garantir uma participação eficaz e genuína da cidadania nos processos de tomada de decisão sobre estratégias e/ou políticas ambientais. No marco do acordo entre a Rede de Mercocidades e o SEMA, assinado no ano de 2001, realizou-se esta pesquisa, em que foram identificados interessantes aspectos sobre o uso destas tecnologias no estudo, monitoramento e gestão do meio ambiente pelos municípios da Rede. Se bem os governos municipais tenham iniciado um processo de informatização para a gestão administrativa e contábil, a grande maioria dos municípios da rede estão comprometidos a assumir um papel proativo na divulgação das TICs e a acessibilidade à Internet entre os setores mais carentes, tornando-se, assim, atores fundamentais na luta pela diminuição da fenda digital. Os principais achados mostram que, embora 76% dos municípios tenham página Web, só 46% têm uma página exclusiva para divulgar informação de sua Secretaria de Meio Ambiente e ao mesmo tempo a qualidade e profundidade da informação, canais e serviços oferecidos são muito díspares, conforme os casos. Identificam-se quatro grandes grupos de páginas: por um lado, as *páginas institucionais* básicas; por outro lado, os sites que podem ser catalogados como *centros de documentação*, que publicam informação sobre o meio ambiente local, documentos, depoimentos, leis e códigos ambientais; em terceiro lugar, os *Sistemas de Informação*, que publicam dados atualizados de monitoramento ambiental, Atlas Ambientais, cartografia geo-referenciada, etc.; e, finalmente, as *Plataformas de serviços e de participação*, com perfil ambiental.

Este estudo foi realizado pelo Lic. Alén Pérez Casas, no marco do acordo assinado entre a Rede Mercocidades e o SEMA, que contou ainda com o apoio da Intendência Municipal de Montevideú.

www.ems-sema.org/mc/

V Reunião Especializada de Municípios e Intendências do Mercosul

No passado 20 de maio de 2003, realizou-se na cidade de Assunção, no Paraguai, a V Reunião Especializada de Municípios e Intendências do Mercosul, REMI, que contou com a presença de delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai, do Uruguai e da Bolívia.

Dentre as resoluções adotadas na reunião, destaca-se a decisão de criar um Escritório Técnico em Montevideo, como resposta à necessidade de fortalecimento e otimização do trabalho da REMI. Por ser em Montevideo que se encontra a Secretaria Técnica Permanente da Rede Mercocidades (STPM), o Conselho dessa Rede ofereceu à REMI a criação do Escritório Técnico, contando para isto com o apoio e a experiência da STPM.

www.mercociudades.org

Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani

Os governos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai lançaram o Projeto do Sistema Aquífero Guarani durante um seminário técnico realizado em Montevideo, em fins de maio de 2003. O projeto de 27 milhões de dólares, apoiado conjuntamente pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial, pelo Banco Mundial e pela Organização dos Estados Americanos, assistirá a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai na elaboração conjunta e implementação de um marco comum legal, institucional e técnico para a gestão e preservação do Sistema Aquífero Guarani. Este sistema trans-fronteiriço abrange o sub-solo dos quatro países e tem uma superfície total de 1,2 milhões de quilômetros quadrados, constituindo um recurso de água doce estratégico no cone sul. A longo prazo, espera-se que este projeto beneficie 15 milhões de pessoas que vivem na região do aquífero.

www.sg-guarani.org



Plano Continental de Alerta Precoce para a América Latina e o Caribe, Estados Unidos e Canadá

Cerca de um centenar de peritos dos Estados Unidos, do Canadá e de países da América Latina e o Caribe reuniram-se em Antigua, Guatemala, de 3 a 5 de junho para definir uma posição continental perante a Segunda Conferência Internacional sobre Alerta Precoce em Casos de Desastre, a ser efetuada em outubro de 2003 em Bonn, na Alemanha.

Tal Consulta Hemisférica Sobre Alerta Precoce reflete acerca de uma iniciativa sobre sistemas de alerta baseados em políticas públicas aplicadas ao longo das Américas. O objetivo é ter diretrizes e testemunhos que possam ser apresentados como contribuição continental à conferência de Bonn.

www.eird.org

CITY PRESS

EVENTOS – OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS – CURSOS e POSGRADOS

Para obter mais informações: www.ems-sema.org/portugues/evts/

Difunda suas atividades, completando o formulário no nosso site:

www.ems-sema.org/portugues/noticias/city_press.htm ou contate-nos através do e-mail: info@ems-sema.org

OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS

Chefe de Recursos Hídricos, Desenvolvimento e Gestão de Serviços
FAO - Roma, Italia – Data limite : 19/06/2003

Oficial Florestal
FAO - Roma, Italia - Data limite : 23/06/2003

Oficial de Meio Ambiente
FAO - Bangkok, Tailândia – Data limite : 03/07/2003

Oficial de Assuntos Ambientais
UN CITES - Génova, Suíça – Data limite : 08/07/2003

Coordenador Regional Asia Ocidental
PNUMA - Datalimite: 08/07/2003

Oficial de Programa Senior – Convenções Ambientais
PNUMA - Nairobi, Kenia – Data limite : 22/07/2003

Oficial Associado de Gestão de Programas
ONU - Nairobi, Kenia – Data limite : 26/07/2003

Visite também oportunidades de Bolsas de Estudo, Convocações e Estágios

CONFERENCIAS e EVENTOS

Conferência Latinoamericana sobre Desenvolvimento Local Regional e Descentralização
9-12/06/2003. Arequipa-Perú

III Congresso Latinoamericano de Gestão de Bacias Hidrográficas
9-13/06/2003. Arequipa, Perú

IV Seminário-Oficina Internacional "Água, Saúde Ambiental e Comunicações"
18/06/2003. Santiago de Chile, Chile

V Simpósio Internacional de Águas
23-27/06/2003. Cannes, França

IX Conferência Interamericana de Prefeitos e Autoridades Locais
24-26/06/2003. Miami, Fl, U.S.A.

Simpósio Amazonia, Cidades e Geopolíticas das Águas
25-27/06/2003. Belém, Brasil

CONFERENCIAS e EVENTOS

I Congresso Latinoamericano e do Caribe de Economistas Ambientais e Recursos Naturais
9-11/07/2003. Cartagena de Indias, Colombia

Féria e Congresso Internacional de Cidades - Urbis 2003
22-25/07/2003. São Paulo, Brasil

III Congresso Interamericano de Qualidade do Ar
23-25/07/2003. Canoas, RS - Brasil

CURSOS e POSGRADOS

Curso sobre Associação Público-Privada
14/07/2003 - 08/08/2003. Washington DC, USA

Posgrado em Formação Ambiental
05/08/2003 - 9/12/2003. Buenos Aires, Argentina

X Curso Internacional em Gestão de Humedais
19/08/2003 - 01/10/2003. Lelystad, Holanda

Mais Oportunidades Profissionais, Eventos e Cursos : www.ems-sema.org/portugues/evts/

A missão do SEMA é fomentar uma correta gestão ambiental em América Latina e o Caribe, brindando apoio na toma de decisões (formulação de políticas) em relação aos efeitos ambientais das diversas atividades humanas por meio de uma relação mais dinâmica entre a pesquisa, a cooperação horizontal e uma maior disponibilidade de informação relevante.



"O EMS-SEMA tem o apoio de IDRC, BID, Environment Canada, PNUMA e o Ministério de Moradia, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente do Uruguai (MVOTMA). É uma Secretaria Internacional administrada pelo Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC-Canadá)"
Avda. Brasil 26 55 - 11300 Montevideo, Uruguay
Tel: (598-2) 709-0042 Fax: (598-2) 708-6776
info@ems-sema.org

A Edição do INFO-SEMA é responsabilidade de Alicia Iglesias Peralta e Maria Noel Estrada Ortiz (mestrada@idrc.org.uy)